



A INSERÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NA AGENDA PÚBLICA BRASILEIRA

Natália Nascimento Miranda¹
Fernando Mascarenhas²

RESUMO

O presente estudo visa a investigar e tratar da inserção dos megaeventos esportivos, Copa de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, na agenda pública brasileira. Através da busca e análise pretende-se observar e avaliar quais medidas e ações foram e serão adotadas para promover a realização de tais eventos. Além disso, a revisão bibliográfica também fará parte deste processo, a fim de servir de base e fonte de informações para adicionar conteúdo a pesquisa.

Palavras-chave: Megaeventos Esportivos, Agenda Pública Brasileira

1. INTRODUÇÃO

As políticas de esporte e lazer em curso no Brasil têm sido influenciadas pelo objetivo de projetar o país, tanto na área do esporte, como no plano político e econômico. Tal tendência se evidencia fortemente a partir de 2007, com a realização dos Jogos Panamericanos e a candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos de 2016, bem como da definição do Brasil como sede da Copa de 2014, depois de apresentadas a FIFA as garantias governamentais para sua realização. Passados dois anos de mobilização por parte de autoridades públicas e grupos particulares da sociedade – isto é, entidades esportivas, mídia e mercado –, com igual apoio governamental aprofundando os investimentos necessários, a cidade do Rio foi em 2009 oficialmente anunciada pelo COI como sede olímpica. Deste modo, os megaeventos passaram a constituir o princípio organizador da agenda pública de esporte e lazer do país.

A III Conferência Nacional do Esporte, agendada para 2010, é expressão deste processo. Com o slogan que traduz o chamamento “Por um time chamado Brasil”, apresenta como tema para debate o Plano Decenal de Esporte e Lazer, a ser construído a partir do estabelecimento de metas e ações em torno de “10 pontos para em 10 anos projetar o Brasil entre os 10 mais”. É bem verdade que os pontos ou linhas estratégicas de gestão definidas articulam um conjunto de temáticas fundamentais para discussão: Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Formação e Valorização profissional; Esporte, Lazer e Educação; Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; Ciência, Tecnologia e Inovação; Esporte de Alto Rendimento; Futebol; Financiamento do Esporte; Infraestrutura Esportiva; e, Esporte e Economia (BRASIL, 2010). Todavia, seguindo uma lógica de descontinuidade e permanências em

¹ Graduanda em Educação Física pela Universidade de Brasília

² Professor Doutor da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília



relação ao acúmulo das edições anteriores, as pretensões consubstanciadas no desenho do Plano Decenal sinalizam a subordinação do debate aos megaeventos.

Por sua vez, a realização dos Jogos de 2016, a despeito dos legados anunciados – transformação da cidade; inserção social: habitação, treinamento e emprego; juventude e educação; e esportes –, parece estar pautada menos que em necessidades sociais do que por interesses de rentabilidade econômica e capital político. Isto se confirma pelo Dossiê de Candidatura (COB, 2009). No documento, a motivação anunciada para a realização dos Jogos está baseada no financiamento público e nas potencialidades de um empreendimento de tal monta. Por que o Rio? Eis o argumento central: A economia do Brasil é atualmente a décima maior do mundo, com previsão de ser a quinta até 2016. Somos o gigante da América Latina, descobrimos o “pré-sal”, estamos entre os dez maiores mercados consumidores e temos o quinto maior mercado publicitário do mundo. Tudo isso forja um ambiente favorável aos investimentos e geração de lucros, bem como permite que o Governo garanta os investimentos necessários, com rapasses diretos para o Comitê Organizador.

Passando ao debate acadêmico, o conhecimento sobre legados e megaeventos, segundo Miragaya e Dacosta (2008), tem sido produzido pelo viés das ciências econômicas, abordando temas como gestão, impactos econômicos, geração de emprego, trabalho voluntário, infraestrutura e equipamentos, regeneração urbana, mídia e marketing, turismo etc. Quanto ao conteúdo deste debate, as teses de Preuss (2008), autor mais citado entre aqueles que estudam a temática, são emblemáticas. Advoga-se que a estratégia de organização dos Jogos e da Copa tem de ser administrada pelo poder público, tendo em vista o risco de fracasso dos eventos como um negócio, e porque seu financiamento não é dispendioso, considerando o volume do orçamento federal. Naquilo que envolve a gestão dos Jogos e da Copa, defende-se que sua eficiência é muito complexa para ser tratada com exatidão. O impacto econômico temporário da realização dos megaeventos sobre o PIB do país não é significativo, todavia, uma boa estratégia de divulgação pode trazer o benefício econômico de projeção da “marca Brasil”. No que se refere aos legados, são considerados como medidas opcionais. Planejá-los é preciso, pois não se pode onerar os empreendimentos, conclui-se.

Quanto à opinião pública, segundo o relatório de postulação da candidatura, 78% da população apoiava a realização dos Jogos (COB, 2007), o que sinaliza um consenso simbólico-cultural em torno dos benefícios trazidos, que é reforçado pelo sentimento de orgulho nacional despertado. O discurso nacionalista, aliás, sempre esteve associado ao esporte. Manhães (2002), numa abordagem histórica das políticas de esporte no Brasil, analisando-as desde sua configuração corporativa na década de 1930, até a instituição de medidas liberalizantes por meio da “Lei Zico” e “Lei Pelé” no contexto pós-1988, chama atenção para as permanências em torno deste discurso. Ao que parece, mais uma vez, sob uma concepção de nação reificada, generalizam-se interesses políticos e econômicos particulares sob a noção abstrata de um “time chamado Brasil”. Ainda que a opinião pública não possa ser ignorada na formação da agenda esportiva do país, as demandas por uma política voltada aos megaeventos foram articuladas por outros atores, isto é, se a opinião pública confere legitimidade à agenda construída, está afastada da tomada de decisões.

Na relação com a sociedade civil, os interesses históricos que levam o Estado a interagir com a organização esportiva, de acordo com Bracht (1997), afora a integração



nacional, são a educação cívica, a preservação da saúde, o oferecimento de oportunidades de lazer, o reconhecimento internacional etc. Ao observarmos Política Nacional do Esporte, em tese, balizadora das ações no setor do Governo Lula, os interesses descritos ganham forma nos objetivos de universalização do direito ao esporte e lazer visando a qualidade de vida, promoção e fortalecimento da cidadania, descentralização da gestão esportiva, fomento à prática do esporte de caráter educativo e participativo, bem como de democratização do acesso ao esporte de alto rendimento (BRASIL, 2005). Todavia, conforme adverte Manhães (2002, p. 19), “a definição de prioridades é sempre decorrente do conceito de esporte hegemônico no seio do aparelho de Estado, ou seja, da visão que se tenha desse campo de atividades”, qual seja, o esporte de rendimento e de espetáculo.

Assim, os parceiros do Estado para assuntos do esporte e lazer, bem como a estrutura e ordem definidoras das políticas públicas para o setor, sempre foram dadas pela organização ou elementos do sistema construído exatamente para tal, verticalizado de cima para baixo a partir dos comitês olímpicos, das confederações, das federações e dos grandes clubes. Há, portanto uma dificuldade dos atores estatais de perceberem outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial e, também, dificuldade de superar a visão hegemônica do esporte de rendimento e de espetáculo, que tem como razão primeira os resultados, porque é dessa forma que o retorno de mídia, capital político e rentabilidade econômica se efetivam (BRACHT, 1997).

A formação da agenda compreende um momento particular das políticas públicas, decisivo para sua formulação, portanto, caracterizando-se como um processo em que determinados temas ou problemas emergem, delimitando um objeto de intervenção governamental. Portanto, esse processo envolve relações de hegemonia, com diferentes visões e interesses em disputa, cada qual, mobilizando atores específicos da sociedade civil e do Estado, que fundamentam suas argumentações no sentido de regulamentar e influenciar ações que conferem materialidade à política. No caso da agenda esportiva, tendo como pressuposto que seu princípio organizador envolve a realização dos megaeventos, algo que transcende a agenda do setor, constituindo importante tema da agenda nacional, importa saber como esta pauta emerge no âmbito do governo, da mídia, do mercado e do próprio mundo esportivo. Assim, nosso problema consiste em identificar os atores, as visões e os interesses que fornecem os termos do debate sobre a realização dos megaeventos, e como estes moldam a agenda e as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

2. METODOLOGIA

Este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa social de tipo qualitativo, buscando identificar os atores, as visões e os interesses que envolvem a realização da Copa de 2014 e os Jogos de 2016, e como estes megaeventos passam a moldar a agenda e as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. No que diz respeito à base operacional e técnica, este estudo combinará três momentos que se combinam: revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo.

A revisão bibliográfica terá o caráter exploratório. O levantamento das fontes sobre políticas públicas e megaeventos esportivos proporcionará uma melhor visão do problema. A pesquisa bibliográfica nos acompanhará ainda em todo o percurso da investigação,



revestindo-se também de um caráter interpretativo, pois constituirá base fundamental para a posterior construção das categorias do próprio processo de análise de conteúdo.

A coleta de dados será construída através de documentos institucionais e de material produzido pela mídia impressa. Quanto aos documentos institucionais, serão pesquisadas as seguintes fontes: portal eletrônico do Ministério do Esporte, da CBF e do COB, além dos portais oficiais da Copa de 2014 e dos Jogos de 2016. Quanto ao material da mídia impressa, será pesquisado o banco de dados do jornal Folha de S. Paulo.

O tratamento do material se dará a partir da análise de conteúdo, que compreende descrição analítica e interpretação dos dados orientada por categorias construídas *a priori* – economia do esporte, financiamento, infraestrutura, identidade nacional, legados, programas sociais, atores sociais etc – e categorias construídas a partir de pré-análise, processo que servirá de parâmetro para a seleção, classificação, organização, conexão, generalização e sistematização dos dados.

A redação do relatório de pesquisa recuperará o problema originário da pesquisa, descrevendo a metodologia e fontes utilizadas para a investigação, a síntese da análise de conteúdo e apresentação das conclusões do estudo sob a forma de um artigo científico para posterior publicação em periódico especializado.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Considerando o conhecimento, os saberes e os dados que serão sistematizados, espera-se contribuir com a formação inicial e continuada de professores, educadores sociais e gestores envolvidos com a temática do esporte e lazer. Buscaremos construir referências críticas para o entendimento e explicação das contradições, tensões e tendências que envolvem o tema da agenda esportiva brasileira. Além disso, o presente trabalho apresentará análises relevantes sobre as tendências que orientam a organização dos megaeventos esportivos, fornecendo importantes elementos de crítica social ao curso das políticas para o setor e propondo novas pautas para o debate inerente ao processo de formulação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desporto, 1997.

BRASIL. *Política nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2005.

_____. *III Conferência Nacional do Esporte: texto básico*. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. *Demande d'acceptation de la candidature de Rio de Janeiro à l'organisation des Jeux Olympiques et Paralympiques de 2016*. Rio de Janeiro: COB, 2007.

Rio 2016: cidade candidata. Dossiê de candidatura. v. 1. Rio de Janeiro: COB, 2009.



CONCOCE / CONDICE 2010
IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF
ISSN 2178-485X



MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de esportes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MIRAGAYA, Ana; DACOSTA, Lamartine. **Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil**. In: RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Magalhães; TERRA, Rodrigo; DACOSTA, Lamartine. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte; Rio de Janeiro: CONFEF, 2008. p. 33-45.

PREUSS, Holger. **Impactos econômicos de megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos**. In: RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Magalhães; TERRA, Rodrigo; DACOSTA, Lamartine. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte; Rio de Janeiro: CONFEF, 2008. p. 79-90.